

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ - CAU/PI

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí - CAU/PI, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua Areolino de Abreu, nº 2103, Centro, na cidade de Teresina - PI.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14 e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição; e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PI procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017 (ano de implantação).

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PI, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente, subdivididos em material de escritório, de informática e produtos de limpeza e higiene.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PI segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	05	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	05	10%
Equipamentos de informática	05	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais -

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PI procedeu à verificação de riscos cíveis e trabalhistas, inexistindo, porém, valores a serem reconhecidos e registrados contabilmente como Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas.

- b) Base de mensuração** - O CAU/PI adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	367.542	198.763
	<u>367.542</u>	<u>198.763</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos de anuidades do exercício	271.925	263.607
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	432.874	346.028
(-) Provisão para devedores duvidosos	- 338.775	- 325.880
	<u>366.024</u>	<u>283.755</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	309	355
Tributos a Recuperar / Compensar	950	522
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	12.969	4.927
	<u>14.228</u>	<u>5.804</u>

Os créditos acima se referem a contas transitórias com compensação nos meses subsequentes; são contas de adiantamento.

8. Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Material de Expediente	4.008	2.927
Material de Limpeza e Produtos de Higiene	1.663	1.547
Material de Informática	6.819	6.619
	<u>12.490</u>	<u>11.094</u>

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prêmios de Seguros a Apropriar	387	465
	<u>387</u>	<u>465</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

10. Créditos a Longo Prazo

	2021	2020
Anuidades em Dívida Ativa Tributária	43.975	49.775
Tributos Pagos a Apropriar	0	0
	<u>43.975</u>	<u>49.775</u>

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2021	2020
Moveis e utensílios	83.017	(49.104)	33.912	37.624
Máquinas e equipamentos	49.092	(19.737)	29.355	26.501
Veículos	109.400	(96.225)	13.175	26.585
Equip. de processamento de dados	155.126	(96.635)	58.491	74.126
Equipamentos de informática	24.863	(13.115)	11.749	8.334
Total	<u>421.498</u>	<u>(274.816)</u>	<u>146.681</u>	<u>173.170</u>

A seguir apresentamos a Movimentação do Ativo Imobilizado:

	31.12.2020	Adições	Baixas	Ajustes	Depreciação	31.12.2021
Moveis e utensílios	37.624	3.474	-	-	(7.185)	33.912
Máquinas e equipamentos	26.501	6.699	-	-	(3.845)	29.355
Veículos	26.585	-	-	-	(13.410)	13.175
Equipamentos de processamento de dados	74.126	-	-	-	(15.636)	58.491
Equipamentos de informática	8.334	5.273	-	-	(1.859)	11.749
Total	<u>173.170</u>	<u>15.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41.935)</u>	<u>146.681</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

Não houve baixa ou ajuste no ativo imobilizado do CAU/PI no exercício de 2021.

12. Intangível

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Softwares	1.800	1.800
(-) Amortizaçõa Acumulada - Softwares	(1.431)	(1.431)
	<u>369</u>	<u>369</u>

Movimentação do Ativo Intangível:

	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Amortização</u>	<u>31.12.2021</u>
Software	369	-	-	-	(0.000)	369
Total	<u>369</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(0.000)</u>	<u>369</u>

Não houve aquisição, baixa ou ajuste no ativo intangível do CAU/PI no exercício de 2021.

13. Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Restos a Pagar Processados	34.935	7.781
Obrigação Diversa a Curto Prazo	528	159
	<u>35.463</u>	<u>7.940</u>

O valor constante em Restos a Pagar Processados é constituído de despesas liquidadas em 2021, porém com pagamento a se realizar apenas em 2002.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

Os Favorecidos e Respectivos Valores de Restos a Pagar Processados apresenta-se em 31/12/2021 como segue:

<u>Favorecido</u>	<u>Saldo</u>
Ligia B. Felix Empr., Com. e Serviço	150
Companhia Energética do Piauí	1.074
Telemar Norte Leste S/A	87
Telefônica Brasil SA	943
Caixa Econômica Federal	4.421
Secretaria da Receita Federal	12.724
Seletiv Seleção e Agenc. de Mão de Obra	2.813
Forthe Segurança e Monit. Eletrônico Ltda	284
1ª Classe Viagens e Turismo Ltda Epp	7.571
Teco Industria e Com. de Computadores Ltda	499
Maria José Gomes da Fonseca Leite	3.250
Jefferson de Brito Santos	520
Larissa Yamile de Sousa Melo	600
	<u>34.935</u>

14. Provisões a Curto Prazo / Apropriações Mensais da Folha

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Férias	74.744	67.756
INSS sobre Férias	16.070	14.568
FGTS sobre Férias	5.980	5.421
PIS / PASEP sobre Férias	747	678
	<u>97.541</u>	<u>88.422</u>

Em 2019, por proposta apresentada pelo CAU/BR, o CAU/PI fez uma alteração em seu plano de contas e seus registros contábeis em relação à apropriação mensal da folha de pagamento de férias e de 13º salário. Houve a descaracterização destes lançamentos mensais de Provisões Trabalhistas, e entendimento como Pessoal a Pagar - Apropriação Mensal da Folha. Novas rubricas de contas contábeis foram adotadas, porém os procedimentos padrões de cálculos se mantêm os mesmos. Esta alteração e novas rubricas se mantiveram nos exercícios de 2020 e 2021.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS a Recolher	5.779	82
IRRF a Recolher	2.377	-
ISS a Recolher	303	139
IRRF / COFINS / CLSS / PIS a Recolher	-	-
	<u>8.459</u>	<u>221</u>

16. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento. Não há, porém, em 31 de dezembro de 2021, constituição de provisões, visto que, de acordo com relatório jurídico de acompanhamento, inexistente processo com probabilidade de perda provável. De acordo com o mesmo relatório, há uma Ação Civil Pública contra o CAU/PI sobre fiscalizações contra engenheiros, com probabilidade de perda possível. O pedido de indenização por danos coletivos é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescido de pedido de aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por profissional impedido de atuar. Este processo vem sendo acompanhado, assim como os demais, que possuem probabilidade de perda remota.

Em 2021 sobreveio, ainda, sentença parcialmente contrária ao Conselho, no Processo nº 1001907-89.2019.4.01.4000, com condenação de pagamento de R\$ 5.000,00 a título de honorários sucumbenciais. Este processo está submetido a recurso e tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo o setor jurídico qualificado em seu relatório como probabilidade de perda possível.

A Entidade não possui nenhuma ação trabalhista em tramitação e, até 31 de dezembro de 2021, não sofreu nenhuma condenação judicial que importe em perdas financeiras.

17. Patrimônio Líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit ou Déficit do Exercício	185.835	159.405
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	626.612	467.207
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Patrimônio Líquido	<u>810.234</u>	<u>626.612</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais; dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PI, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa com Pessoal	856.794	711.481
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	454.861	205.796
Depreciação, Amortização e Exaustão	41.935	43.398
Transferências Intergovernamentais	84.715	33.325
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	22.428	78.498
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.706	13.161
	<u>1.469.439</u>	<u>1.085.660</u>

20. Receitas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de Contribuições	683.531	617.480
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	518.757	362.087
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	71.931	28.935
Transferências Recebidas	360.529	229.853
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	20.527	6.710
	<u>1.655.274</u>	<u>1.245.065</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

21. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2021	2020
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.655.274	1.245.065
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.469.439)	(1.085.660)
(=) Superávit / Déficit Patrimonial Apurado	185.835	159.405

Resultado Orçamentário	2021	2020
Receita Orçamentária Arrecadada	1.540.610	1.079.212
(-) Despesas Empenhadas	(1.475.940)	(950.394)
(=) Superávit / Déficit Orçamentário Apurado	64.670	128.818

Resultado Financeiro	2021	2020
Saldo Disponível Apurado	367.542	198.763
(-) Passivo Financeiro	(214.309)	(97.583)
(=) Superávit / Déficit Financeiro Apurado	153.233	101.180

22. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é demonstrada a seguir:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Em Reais)

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Veículo Citroen Aircross	Colisão, incêndio, roubo e furto	100% Fator de Ajuste
	DMT - Danos Materiais	100.000,00
	DCT - Danos Corporais	100.000,00
	DMO - Danos Morais	10.000,00
	APP - Morte	10.000,00
	APP - Invalidez	10.000,00
Veículo Etios Sedan	Colisão, incêndio, roubo e furto	100% Fator de Ajuste
	DMT - Danos Materiais	100.000,00
	DCT - Danos Corporais	100.000,00
	DMO - Danos Morais	10.000,00
	APP - Morte	10.000,00
	APP - Invalidez	10.000,00

23. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços a não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Teresina/PI, 06 de Janeiro de 2022.


NADJA PEREIRA CORRÊA DE ARAÚJO
Contadora do CAU PI
CRC-PI 010762/O